

Extremistas foram identificados e serão contidos na posse

NOVO GOVERNO

Sem trégua com extremistas

Dino avisa que não haverá interrupção nas investigações contra radicais e assegura proteção a participantes da posse

» VICTOR CORREIA

O futuro ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, avisou, ontem, que não dará trégua na identificação e na responsabilização dos bolsonaristas radicais que vandalizaram a área central de Brasília, na segunda-feira. "Não haverá nenhum tipo de interrupção nas investigações sobre o que aconteceu na capital federal do país e que já estão em curso", ressaltou, em entrevista coletiva em São Luís (MA). "Já há identificação de dezenas de pessoas que atuaram naqueles atos de terrorismo, de violência, de intimidação..."

Dino enfatizou que as ações recentes da Polícia Federal e do Supremo Tribunal Federal (STF) contra os extremistas devem "servir de registro para o momento da posse" do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro.

"Representações têm sido feitas pelo delegado Andrei (Passos) a vários órgãos, à própria PF e, sobretudo, ao STF. Em razão dessas representações, têm ocorrido decisões judiciais que têm sido cumpridas", declarou. Andrei Passos assumirá o comando da PF no ano que vem.

Na quinta-feira, policiais federais deflagraram uma operação contra os radicais em todo o país. Foram cumpridos 103 mandados de busca e apreensão em oito estados do Distrito Federal, que envolveram, inclusive, a apreensão de fuzis e submetralhadoras (leia reportagem nesta página).

Sobre a posse, Dino afirmou que o esquema de segurança,



Se alguém quiser exercer a sua liberdade de expressão, de dizer que não gosta do momento da posse, obviamente tem todo o direito de fazê-lo. Mas não, definitivamente não, de tentar destruir, depredar, invadir, praticar atos terroristas ou ameaçar a integridade física do presidente da República"

Flávio Dino, futuro ministro da Justiça e Segurança Pública

planejado em conjunto com PE, Governo do Distrito Federal (GDF) e participação, inclusive, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), manterá a ordem e a integridade dos participantes, tanto das solenidades oficiais quanto dos shows programados para a Esplanada dos Ministérios.

"Se alguém quiser exercer a sua liberdade de expressão de dizer que não gosta do momento da posse, obviamente tem todo o direito de fazê-lo. Mas não, definitivamente não, de tentar destruir, depredar, invadir, praticar atos terroristas ou ameaçar a integridade física do presidente da República", frisou.

Anúncios

Na coletiva de imprensa, Dino também anunciou quatro novos secretários do ministério. O "número três" da pasta será Diego Galdino. Ele assumirá o cargo de secretário-executivo adjunto. O "número dois", que tinha sido divulgado na semana, será o jornalista Ricardo Cappelli. Galdino foi chefe da Casa Civil do Maranhão em 2021, além de ter ocupado funções de secretário-adjunto de cultura, secretário de Cultura e Turismo e secretário do Meio Ambiente do estado. O ex-deputado federal Wadih Damous (PT), por sua vez, assumirá a Secretaria Nacional do Consumidor. Além de

parlamentar, Damous presidiu a OAB-RJ e a Comissão Estadual da Verdade do Rio. "Ele vai coordenar o Sistema Nacional do Consumidor com desafios muito prementes, a exemplo do combate ao superendividamento, que é um tema central para que nós tenhamos essa atuação efetiva, eficaz, do Código de Defesa do Consumidor", argumentou o futuro ministro.

A advogada Tamires Sampaio será a coordenadora do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), criado durante o segundo mandato de Lula e que será restabelecido com sua volta ao Planalto.

Tamires Sampaio é mestre em direito político e econômico pela Mackenzie e pesquisadora da área de Segurança Pública, atuando como secretária-adjunta de segurança em Diadema (SP).

Já a advogada Sheila de Carvalho será assessora especial do gabinete do ministro. "Com ênfase em temas afins ao combate ao racismo, com diálogo com os movimentos sociais de forma geral. E ela vai presidir o Conare (Conselho Nacional para os Refugiados)", acrescentou Dino. Ambas as advogadas militam no movimento negro e atuaram durante o governo de transição.

Segundo o futuro ministro, a estrutura da pasta está montada. Com os anúncios, metade das secretarias da Justiça está definida. "O nosso objetivo é que tenhamos, até o dia 20, o preenchimento de todos esses cargos. Temos, portanto, a preocupação de ser um ministério que seja a expressão da sociedade no seu interior, no seu âmbito, com homens, mulheres e membros de movimentos sociais", ressaltou.

Até fuzis no arsenal de radicais

» ANDREA MALCHER

A Polícia Federal divulgou, ontem, imagens das armas apreendidas na operação contra atos antidemocráticos, deflagrada na quinta-feira. O arsenal foi encontrado em dois endereços das cidades catarinenses de São Miguel do Oeste e Fraiburgo. Foram 29 itens, entre submetralhadoras, fuzis e rifles com lunetas para disparo a longa distância. Os agentes apreenderam, também, 7.603 munições, 40 celulares, nove passaportes, quatro notebooks. Dois homens foram presos em flagrante.

Foram cumpridos 104 mandados de prisão, busca e apreensão contra suspeitos de financiar os bloqueios das rodovias e de participar de protestos violentos no DF e em oito estados. A ação ocorreu por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os principais alvos são nomeados bolsonaristas, suspeitos de organizar e financiar bloqueios de estradas e protestos



Armas apreendidas pela Polícia Federal durante operação contra organizadores de atos antidemocráticos

em frente a quartéis. O Correião tentou contato com a PF e com o Ministério da Justiça para saber dos próximos desdobramentos da operação, mas não obteve resposta.

A operação era planejada antes dos atos violentos em Brasília, portanto, não tem relação direta com os eventos — que estão sob investigação. Na quarta-feira,

Moraes deu 48 horas ao ministro da Justiça, Anderson Torres, e ao Governo do Distrito Federal para que expliquem as medidas de segurança adotadas no dia do vandalismo. A Polícia Civil do DF afirmou, em nota, que instaurou inquérito no Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (Deccor) para apurar a organização,

o financiamento e a autoria dos atos. "As investigações foram iniciadas no dia dos fatos e estão em andamento, com a oitiva de testemunhas, análise de imagens e outras diligências, no sentido de que as pessoas que cometeram os crimes sejam identificadas e responsabilizadas", diz o comunicado. Nenhuma prisão foi efetuada até o momento.

PGR não vê vandalismo

» LUANA PATRIOLINO

A Procuradoria-Geral da República (PGR) recorreu da decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de incluir a prática de vandalismo na investigação que apura os atos violentos de bolsonaristas em Brasília, na segunda-feira. O magistrado anexou as apurações sobre o crime no inquérito dos atos antidemocráticos.

No documento, assinado pela vice-PGR, Lindóia Araújo, é questionada a tipificação do ato, mesmo com o registro de carros e ônibus incendiados na cidade. Para ela, a decisão deve ser revista pelo magistrado ou levada para apreciação dos demais integrantes da Corte.

A vice-PGR argumentou que a conduta dos bolsonaristas já é analisada em outros procedimentos no STF. Assim, não se justifica deflagrar outros procedimentos formais investigativos com idênticos escopos para a efetivação de eventuais diligências investigatórias tendentes a confirmar ou não os supostos crimes e a existência de elementos de autoria ou participação, argumentou.

A vice-PGR ainda alegou que as depredações na capital "apenas narraram o teor de matérias jornalísticas, sem inovar ou trazer consigo quaisquer elementos que possam contribuir para a elucidação dos fatos e que os atos não têm relação com o inquérito das milícias digitais."

"Para complementar, as novas comunicações de crimes também não trazem fatos a serem contemplados por esta investigação, porquanto não veiculam elementos concretos e reais de inserção em uma organização criminosa que atenta contra a democracia e o Estado de direito, menos ainda com a presença de alguma autoridade com prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal", diz o documento.

A decisão de Moraes que incluiu a prática de vandalismo atendeu a um pedido do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Na quarta-feira, o ministro havia determinado a união da notícia-crime apresentada pelo parlamentar a procedimentos já em tramitação no STF porque considerou que o relato do político apontava para ações que ocorreram em contexto de atos antidemocráticos.

Pedido de tolerância com os acampamentos

» VINÍCIUS DÓRIA e HENRIQUE LESSA

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se, ontem, pela primeira vez, com os quatro comandantes militares que deverão chefiar as Forças Armadas a partir de janeiro. O encontro, no hotel em que o petista está hospedado, em Brasília, foi articulado pelo futuro ministro da Defesa, José Múcio Monteiro. Ele defende a decisão de nomear os oficiais mais antigos para os altos cargos de comando, como reza a tradição da caserna. Um dos temas foi o problema

que os acampamentos bolsonaristas nas portas de quartéis estão criando tanto para as Armas quanto para a segurança pública dos estados.

O comando do Exército ficará com o general Julio Cesar de Arruda, atualmente na chefia do Departamento de Engenharia e Construção; na Marinha, assumirá o almirante de esquadra Marcos Sampaio Olsen, atual comandante de Operações Navais; na Força Aérea, o tenente-brigadeiro dr ar Marcelo Kanitz, Damasceno, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; e o almirante de esquadra Renato Rodrigues de

Aguiar Freire, atual chefe do Estado-Maior da Marinha, será o novo comandante do Estado-Maior das Forças Armadas. Todos só aguardam o anúncio formal do presidente eleito. Por isso, os quartéis foram ao encontro de Lula em trajés civis.

Conforme apuração do Correião, os novos comandantes, que já conversaram com militares de alta patente de suas respectivas Forças, vão tentar convencer Lula a não agir de forma intempestiva contra os bolsonaristas que acampam, há mais de dois meses, na frente de unidades militares espalhadas pelo país. O

assunto foi tratado de maneira superficial no encontro, que durou pouco mais de uma hora.

Pelo menos três motivos foram apresentados para que a nova gestão não opte pelo enfrentamento. Primeiro, há o risco de confronto violento com os manifestantes, o que provocaria uma grave crise de imagem para um governo que prega a pacificação nacional.

Desidratação

Com relação aos extremistas, argumentam que o Ministério Público Federal e a Polícia

Federal, com suporte do Supremo Tribunal Federal, já estão identificando as lideranças para que possam ser processadas.

Além disso, militares ouvidos pela reportagem lembram que as fontes de financiamento dos movimentos golpistas estão secando por causa da atuação do ministro Alexandre de Moraes, no âmbito do inquérito das fake news. Os acampamentos já estariam, segundo essa avaliação, se desidratando.

O terceiro motivo é a presença de militares de reserva e parentes de militares da ativa nos acampamentos. Uma ação de força

contra os bolsonaristas provocaria constrangimentos para quem está dentro dos quartéis.

Na reunião com Lula, os quatro militares asseguraram que os atuais comandantes, nomeados pelo presidente Jair Bolsonaro, vão aguardar a posse para promover a troca de bastião em suas Armas, mantendo a tradição.

O atual comandante da Força Aérea, Carlos Almeida Baptista Junior, que havia declarado a intenção de deixar o cargo já na semana que vem, foi convencido pelos colegas a permanecer para garantir uma transição tranquila.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

**Seção:** Política **Página:** 3